

Observe atentamente todos os documentos A, B e C:

A.

Os cristãos da [Idade Média] [...] prostram-se perante o poder divino nas poses rituais de quem faz dádiva de si: [...] ajoelham-se, mãos postas, esperando a recompensa, esperando ser sustentados paternalmente no outro mundo [...]. Sabem que Deus julga, que o Cristo do último dia pronunciará as suas sentenças [...]. O cristão julga por bem prestar então o juramento de fidelidade aos santos [...]. As igrejas onde se celebravam batismos, onde se absolviam os mortos, tornaram-se, na verdade, no ponto de cristalização de pequenas sociedades fechadas, compostas pelos habitantes da paróquia [...].

História da vida privada, Philippe Ariès, Georges Duby (dir.), Edições Afrontamento, Lisboa, 1990, pp. 39-40

B.



A coroação dos reis.

C.



A sociedade medieval.

1. Explícite dois aspetos que evidenciam a presença do Cristianismo na vida das populações do Ocidente medieval.

Um dos aspetos deve ser articulado com informações do documento 2A e o outro com o documento 2B.

2. A iluminura reproduzida no documento 2C representa a divisão tripartida da sociedade medieval. Associe os grupos referidos na coluna A com as respetivas funções, que constam na coluna B. Todas as funções da coluna B devem ser utilizadas. Cada função da coluna B só pode ser associada a um dos grupos da coluna A.

Coluna A	Coluna B
A - Clero	1. Combatia, desempenhando funções militares e defensivas.
B- Nobreza	2. Rezava e estava associado a funções eclesiásticas.
C- Povo	3. Englobava os senhores laicos que possuíam a terra e exerciam domínio sobre as comunidades dependentes.
	4. Trabalhava e contribuía para a manutenção dos outros dois grupos sociais.
	5. Desempenhava funções administrativas e culturais porque os seus elementos faziam parte do grupo social mais culto.
	6. Os que dele faziam parte estavam obrigados ao pagamento de impostos e a prestar serviços diversos aos privilegiados.
	7. Possuía senhorios eclesiásticos e, para além das rendas e impostos, recebia a dízima.

GRUPO II – A AUTONOMIZAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU

DOC. 1 | O CONDADO PORTUCALENSE NA CONJUNTURA EUROPEIA DE EXPANSÃO – UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

E o século XI, o século da fundação do nosso condado. [...] Até então a Península retalhava-se por pequenos reinos que viviam isolados da política de além-Pireneus [...]. As levas de peregrinos [...] em direção a Santiago de Compostela começam a desenhar um caminho francês de peregrinação. ***Em consentâneo, os cavaleiros franceses acorrem à Península para combater os muçulmanos.*** [...] [Sob] o governo de Afonso VI [...] [a] corte transforma-se num polo de atração francesa. Cavaleiros da Borgonha e Aquitânia vêm para ajudar os peninsulares na luta contra o infiel [...]. *A conjuntura favorecia, aliás, esta mobilidade. Viviam-se um período de crescimento demográfico generalizado. Cresciam os braços para trabalhar a terra e a produção aumentava com novos arroteamentos; disponibilizavam-se mais homens a povoar novos espaços; melhoravam-se as técnicas agrícolas e artesanais; reanimava-se a vida urbana, ativava-se o comércio. Na nobreza, os filhos secundogénitos [...], sem heranças, [...] buscavam outras oportunidades. A aceitação da paz e trégua de Deus afastava-os das guerras internas e apresentava-lhes outros valores a defender [...]. Estes contingentes [...] reforçavam os exércitos peninsulares. Bem equipados com os seus cavalos e armaduras mais resistentes, dada a melhoria do trabalho do ferro, podiam responder melhor às investidas dos muçulmanos [...]. Afonso [VI] apela à cristandade. Como alguns anos depois Urbano II apelará à defesa dos Lugares Santos, dominados pelos Turcos. O movimento e o espírito de cruzada atingem o Ocidente e o Oriente. [...]*

Muitos teriam vindo. Dois deixaram marca maior nos destinos de Portugal [...]. Raimundo, filho dos condes da Borgonha, Henrique, filho da família mais importante dos duques da Borgonha. Ambos filhos segundos, que, fora da sua terra natal, buscavam a honra e o proveito. [...] E [...] a conjuntura política foi-lhe [a D. Henrique] também favorável [...] e virá a governar, desde 1096, a Terra Portucalense, subtraída ao domínio de Raimundo. [...] E eis Henrique posicionado no complexo xadrez político peninsular. Prestando vassalagem, em serviço militar e conselho, a Afonso VI até à morte deste, em 1109 [...].

Maria Helena da Cruz Coelho, "A estruturação concelhia do Condado Portucalense – D. Henrique", in *Biblos*, Revista da Faculdade de Letras, Volume LXXV, 2000 [adaptado].
A estruturação concelhia do Condado – Estudo Geral (estudogeral.sib.uc.pt [Consultado em 26-09-2020]).

25

1. Nomeie a designação atribuída ao processo levado a cabo na Península Ibérica para “combater os muçulmanos. [...]” (Doc. 1, linha 3).

5

2. Observe as frases sublinhadas e partindo das mesmas explicita duas características da conjuntura europeia e peninsular que contribuiu para a autonomização e independência de Portugal.

30 *As duas características devem conter excertos relevantes do documento 1.*

10

GRUPO III – DO CONDADO PORTUCALENSE AO REINO DE PORTUGAL

DOC. 1 | O PAPEL DE D. HENRIQUE NA AUTONOMIA DO CONDADO

D. Henrique, vindo da Borgonha para a Península Ibérica, na busca de fama e proveito, encontrou em Afonso VI um suserano pródigo. Entregou-lhe este o governo de uma parte do seu reino e casou-o com uma sua filha. D. Henrique percecionou o jogo político peninsular. [...] Na terra portucalense [...] [fomentou], por entre as organizações sociais já existentes, sobremaneira de índole senhorial, uma outra de raiz popular. [...] Ficou senhor das vilas de Guimarães e de Panóias, recebeu como aliados os seus burgueses, colheu réditos das suas atividades.

15

Na linha fronteiriça do Mondego, a sua aliança prioritária firmou-se com a cavalaria vilã [...]. E com a presença desses guerreiros nas localidades ganhava-se a estabilidade necessária para atrair gente. [...]. Então a luta contra os muçulmanos redimensionava-se [...] era uma luta para reaver terra perdida, para fazer crescer um território, para aumentar a segurança e estabilidade dos cristãos [...].

20

Maria Helena da Cruz Coelho, "A estruturação concelhia do Condado Portucalense – D. Henrique", in *Biblos*, Revista da Faculdade de Letras, 1.ª parte da miscelânea em honra do Doutor Salvador Dias Arnaut, Volume LXXV, 2000, p. 57 [adaptado – consultado em 26/09/2020].

DOC. 2 | A AÇÃO DE D. AFONSO HENRIQUES

Em nome de Deus. Eu infante D. Afonso Henriques: Aprove-me, por boa paz e boa vontade, fazer [bons foros] a vós, homens de Guimarães, porque me destes honra e apoio e me prestastes bom e fiel serviço [...]. Autorizo o foro que vos deu meu pai e minha mãe e, além disso, dou-vos por foros que: em toda a minha terra não pagueis portagem; e o cavaleiro ou o vassalo de infância ou qualquer homem que for ingénuo [i.e. livre] e vier morar em Guimarães, e aí fizer a sua casa, não dê fossadeira e a sua herdade e o seu haver seja livre e salvo [...]. Esta carta foi escrita a 5 das calendas de Maio (27 de Abril), reinando D. Afonso em Leão. Eu Afonso Henriques firmei esta carta com a minha mão. Era de MCLXXVI (Ano de 1128)

Confirmação por D. Afonso Henriques, em 1128, do foral outorgado pelo conde D. Henrique

35

1. Refira, com base no doc.1, duas razões que levaram cavaleiros de diferentes regiões da Cristandade a participarem no processo da Reconquista Cristã.

5

5

40

2. Transcreva um excerto do documento 1 que revele a relação política e pessoal entre Afonso VI e o conde D. Henrique.

3. Escolha a afirmação correta: a nova realidade política a que se refere a afirmação “Entregou-lhe este o governo de uma parte do seu reino [...]” (Ddoc1), refere-se a :

a) atribuição do reino de Portugal ou b) Atribuição do Condado Portucalense

45 4. Indique dois poderes que D. Afonso Henriques passou a exercer no Condado Portucalense.

Um dos poderes deve conter excertos relevantes do documento 2.

5. A afirmação “porque me destes honra e apoio e me prestastes bom e fiel serviço.” (Doc. 2, l. 2) presente na confirmação do foral, em 1128, associa-se...

(A) à participação de D. Afonso Henriques na conferência de Zamora.

(B) ao conflito com D. Teresa devido à sua aproximação à Galiza.

50 (C) à guerra com os Mouros na batalha de Ourique.

(D) às negociações com o Papa para reconhecimento do reino de Portugal.

6. Ordene cronologicamente os acontecimentos relacionados com o processo de autonomização, independência e definição do território de Portugal entre os séculos XI e XIII.

(A) Conquista por D. Afonso Henriques da linha do Tejo, com o domínio das cidades de Lisboa e de Santarém.

55 (B) Conquista definitiva do Algarve no reinado de D. Afonso III.

(C) Batalha de S. Mamede, que opôs D. Teresa a D. Afonso Henriques.

(D) Conferência de Zamora, que reuniu Afonso VII e D. Afonso Henriques.

(E) Bula *Manifestis Probatum*, na qual o Papa Alexandre III reconheceu o título de rei a D. Afonso Henriques.

60 7. Associe cada uma das personalidades ligadas ao processo de autonomia do Condado Portucalense e ao processo de independência de Portugal, presentes na coluna A, à respetiva ação ou característica correspondente, que consta na coluna B. Todas as afirmações da coluna B devem ser utilizadas. Cada afirmação só pode ser associada a um elemento da coluna A.

Coluna A	Coluna B
(A) Conde D. Henrique e Conde D. Raimundo	1. Em recompensa dos serviços prestados concedeu o território e poderes sobre o Condado Portucalense.
(B) D. Afonso VI, rei de Leão e Castela	2. Herdou o Condado Portucalense e desenvolveu uma política de autonomia face à Galiza e ao partido de D. Teresa, que culmina em 1128, na Batalha de S. Mamede.
(C) D. Afonso Henriques	3. Era o suserano a quem os condes portucalenses deviam fidelidade, ajuda e conselho.
	4. Desenvolveu uma ação, inclusive militar, para afirmar a autonomia face a Castela e que culminou na Conferência de Zamora com o reconhecimento do título de rei.
	5. A vinda de cavaleiros francos para apoiar a Reconquista, face à ofensiva dos Almorávidas, era recompensada com extensas doações de terras, títulos e cargos.
	6. O título de rei, reconhecido internacionalmente, só ocorreu em 1179 com a Bula <i>Manifestis Probatum</i> .
	7. O contrato de casamento de D. Urraca e D. Teresa destinou-se a firmar a doação de uma parte do Reino, por parte do seu pai, aos cavaleiros francos com quem casaram.

GRUPO IV – O PAÍS URBANO E CONCELHIO

DOC. 1 | CARTA DE FORAL DE GAIA

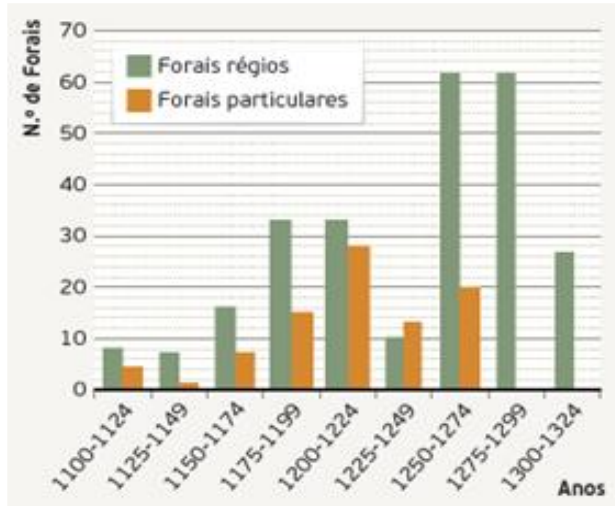
[...] Eu, Afonso, por graça de Deus, Rei de Portugal e Conde de Bolonha, filho daquele ilustre Rei D. Afonso e da Rainha D. Urraca: querendo e intentando fazer utilidade ao meu Reino e ao povo da minha vila de Gaia, dou e concedo a vós todos, habitantes [...] o bom foro que abaixo se contém [...]: em primeiro lugar dou-vos e concedo-vos por limites todo o meu reguengo de Gaia para vossa herança para sempre, pela maneira como está limitado pelos termos de Coimbrões e do Candal e de Almeara e depois, conforme entra no Douro pelo casal que foi Sé portucalense, que é sito em Gaia e pelo de S. Martinho se o puder haver. [...] Também vos concedo que possais, do reguengo e herdades supraditas, vender, doar e dispor delas

conforme a vossa vontade e dá-las a quem quer que queirais, exceto a militar, ou clérigo, ou homem de ordem: [...] Item dou e concedo a vós todos habitantes [...] que me deis por foro anualmente de cada fogo seis dinheiros [...]. E se alguém der voz perante o juiz de alguma outra coisa e não puder provar-lha mando que aquele que acusa pague ao mordomo sessenta soldos; e se lha puder provar mando que aquele de quem foi feita a acusação pague ao mordomo sessenta soldos.

“Carta de foral de Gaia, concedida por Afonso III”, citada em José Mattoso; Luís Krus; Amélia Andrade Aguiar, *A Terra de Santa Maria no Século XIII – Problemas e Documentos*, Lisboa, 1993 [consultado online: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/66257/2/28000.pdf>, pp.124-125].

65

DOC.2 CONCESSÃO DE CARTAS DE FORAL (SÉCULOS XII A XIV)



Doc.3 PLANTA DA CIDADE MEDIEVAL DA GUARDA



1. No quadro do Portugal medieval, os concelhos, como o de Gaia, eram...

70

- (A) comunidades populacionais detentoras de autonomia administrativa.
- (B) domínios, onde os nobres tinham poder sobre a terra e sobre os homens.

2. Nos séculos XIII e XIV, a política régia de criação de concelhos tinha por objetivo...

- (A) controlar e averiguar o estado dos bens do rei e da Coroa.
- (B) povoar e desenvolver economicamente as regiões do interior e do sul.

75

3. Associe cada um dos elementos relacionados com os concelhos, presentes na coluna A, às características correspondentes, que constam na coluna B. Todas as características da coluna B devem ser utilizadas. Cada característica só pode ser associada a um elemento da coluna A.

Coluna A	Coluna B
(A) Concelho	1. Composto pelo território e campos dos arredores abrangido por formas de administração e de jurisdição próprias. 2. Homem livre do povo que, por ter bens suficientes para manter um cavalo e prestar serviço militar, ocupava o topo da hierarquia social na sua comunidade. 3. Povoação ou comunidade de homens-livres que recebia uma carta de foral. 4. Correspondia à maior parte da população concelhia e pagava impostos. 5. Os seus habitantes designavam-se vizinhos e dispunham de direitos e deveres próprios. 6. De entre os mais ricos, eram escolhidos os homens-bons. 7. A obrigação de prestar serviço militar era cumprida a pé.
(B) Peão	
(C) Cavaleiro-vilão	

4. Transcreva do documento 1 um excerto que revele a intenção do rei para limitar o poder dos grupos sociais privilegiados.

80 5. Explique por palavras suas, o significado dos seguintes acontecimentos:

a) Tratado de Zamora

b) Bula Manifestis Probatum

c) Tratado de Alcanises.

85

FIM

GRUPO	ÍTEMS							
	COTAÇÃO (em pontos)							
I	1	2	3					
	10	15						25
II	1	2						
	10	20						30
III	1	2	3	4	5	6	7	
	15	10	10	15	10	15	10	85
IV	1	2	3	4	5			
	10	10	10	10	20			60
TOTAL								200